

Parlamento faz balanço de seu trabalho em 86

Embora os computadores não tenham ainda o registro da produção dos trabalhos na atual legislatura, que encerrou sexta-feira, as lideranças políticas do Senado e o presidente José Fragelli concordam que ela foi marcada por um fato relevante: a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Depois, apontam a regulamentação das eleições deste ano como o ponto culminante dos trabalhos parlamentares.

O ano que se encerra teve uma atividade atípica, pois obrigou os senadores a uma permanência maior em seus estados, envolvidos nas campanhas eleitorais. Dessa maneira, participaram apenas dos períodos de esforços concentrado, nos quais as lideranças selecionam, por consenso, os projetos mais urgentes para a pauta e colocam em votação imediata.

O Senado aprovou também a regulamentação da lei eleitoral e o uso dos meios de comunicação nas eleições, como destacou o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, além de votar o recadastramento eleitoral, que eliminou de vez do cenário nacional a possibilidade de fraudes e dupla condição de eleitor. Esse destaque também fizeram o líder do PMDB, senador Alfredo Campos, e o presidente José Fragelli.

O líder do PDS, senador Otávio Cardoso, destaca que 86 foi um ano difícil para os trabalhos ordinários do Senado, como sempre acontece quando os políticos têm a perspectiva de uma disputa eleitoral. "A renovação do parlamento — lembrou — no mundo inteiro é um ano difícil mas acho que tanto a Câmara como o Senado cumpriram suas tarefas através do esforço concentrado, quando o comparecimento foi maciço".

"Sofremos muitas críticas — disse ainda o senador pedessista — umas procedentes, outras improcedentes, tudo fruto da desinformação ou malquerência. Mas penso que o parlamento desempenhou bem suas tarefas fundamentais e teve como marca especial na legislatura a convocação da Assembléia Nacional Constituinte".

Destaques

O líder do PFL, Carlos Chiarelli, acredita que pelas características da disputa eleitoral o Senado contabiliza a aprovação de leis importantes, como a que suspendeu as ações de despejos até 1º de março de 1987, o Plano Nacional de Informática, o Pacote do Cruzado e sua reformulação de meados do ano, além de todo um sistema de apoio a estados e municípios, como rolagem de dívida, empréstimos e financiamentos. Além desses, o líder do PMDB, Alfredo Campos assinala a aprovação de dezenas de nomes para embaixadas brasileiras e alguns ministros para os tribunais superiores.

Politicamente, todos os líderes partidários acreditam que a regu-

lamentação das eleições foi o destaque, pois sem as novas leis dificilmente teriam um pleito dentro dos novos tempos democráticos que vive o País. Para o presidente José Fragelli, o fato relevante é que o Senado não deixou de discutir e votar todas as proposições, seja de origem do executivo ou do Legislativo, dando conclusão e transformando em leis.

Haja vista, lembrou, o número de votos, na casa dos 95, que o executivo após as decisões do Congresso e que deverão aguardar o reexame do plenário. Para o presidente Fragelli, a votação do pacote fiscal, no final do ano passado, também merece destaque, pois ele visava limpar o caminho à implantação do Plano Cruzado.

"Politicamente — avaliou — O Congresso deu sua contribuição à campanha eleitoral, assegurando lisura do pleito. Por isso, para um ano de eleições gerais, considero que cumprimos nossa missão — concluiu Fragelli.

Câmara

Em 1986, a Câmara dos Deputados fez 6.122 pronunciamentos (3.159 no pequeno expediente) e apreciou 1.588 proposições, das quais aprovou 498 (incluindo 356 projetos de lei), até o final de novembro.

Entre os projetos aprovados incluem-se o que isenta de contribuição o aposentado e pensionista do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social; o que proíbe a demissão imotivada do trabalhador, o que torna impenhorável o imóvel rural até 1 módulo; o que institui a gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS — Pasep; o que assegura pensão vitalícia aos excepcionais, a partir dos 21 anos de idade, no valor de duas vezes o salário mínimo regional.

Nas comissões permanentes, a Câmara aprovou 1.350 proposições e rejeitou 364 outras, em 177 reuniões. Nas comissões temporárias, realizou 122 reuniões (108 nas comissões parlamentares de inquérito e 14 nas comissões especiais).

Na assessoria legislativa, foram realizados 3.155 trabalhos.

Os 6.122 pronunciamentos estão assim divididos: pequeno expediente — 3.159, grande expediente — 288; apresentação de propostas — 1.099; questão de ordem — 257; parecer Oral — 111; discussão — 67; encaminhamento de votação — 131; reclamação — 50; comunicação como líder — 570; líder — 148; interpelação a ministro — 20; comemoração e homenagem — 63; fala da presidência — 149; ministro de estado — 1; exposição pessoal — 8; visitante — 1.

As 1.588 proposições apreciadas pelo plenário estão assim discriminadas: projeto de lei — 438; projetos de lei complementar — 14; projeto de decreto legislativo — 52; projeto de resolução — 78.